



Câmara Municipal de Campo Belo
ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO BELO

EM 10 / 11 / 25

REQUERIMENTO Nº 92/2025

PRESIDENTE

Exmo. Sr.
Luciano Ázara Resende de Alvarenga
DD Presidente da Câmara Municipal
Nesta

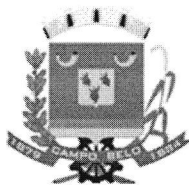
Requer o envio de Projeto de Lei do Poder Executivo para autorizar o pagamento em dobro de plantões realizados em feriados pelos servidores que cumprem a escala 12x36 na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Campo Belo.

O vereadores que a este subscrevem, no exercício de suas atribuições regimentais e constitucionais, pautado pelos elevados princípios da transparência, da eficiência e da probidade que devem nortear a gestão pública, vem respeitosamente a Vossa Excelência requerer que seja encaminhado ao DD. Prefeito Municipal de Campo Belo, ao DD Secretário Municipal de Saúde e à Procuradoria Geral do Município o presente expediente, a fim de que este realize estudo de viabilidade e, se for o caso, promova o Projeto de Lei que se segue.

Este requerimento tem a finalidade precípua de solicitar ao Poder Executivo Municipal que conduza um estudo técnico-jurídico e orçamentário aprofundado para viabilizar, mediante o envio de projeto de lei a esta Casa, a instituição do pagamento em dobro dos plantões laborados em feriados pelos servidores públicos da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Campo Belo, especialmente aqueles submetidos à jornada de trabalho de 12 (doze) horas de labor por 36 (trinta e seis) horas de descanso, superando e alterando, assim, a vedação contida no Artigo 2º da Lei Municipal nº 4.035, de 14 de dezembro de 2021.

Para o devido cumprimento desta solicitação, requer-se que sejam prestadas as seguintes informações e adotadas as medidas necessárias de modo pormenorizado, abrangendo a análise de todos os ângulos da questão, desde a legalidade até o impacto na gestão de pessoal e no orçamento público:

1. Relatório de Viabilidade e Impacto Financeiro Orçamentário: contendo a estimativa de impacto orçamentário e financeiro decorrente da instituição do pagamento em dobro (100% de adicional) dos plantões laborados em feriados pelos servidores da UPA no regime 12x36, com a indicação da conformidade da proposta com as Leis Orçamentárias e demonstrando as fontes de custeio



Câmara Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

disponíveis para a cobertura desta nova despesa com pessoal para os próximos três exercícios financeiros.

2. Parecer Jurídico sobre a Alteração Legislativa: Solicita-se à Procuradoria-Geral do Município parecer conclusivo quanto à constitucionalidade e legalidade da alteração da Lei Municipal nº 4.035/2021, indicando redação adequada para instituir o adicional solicitado.
3. Análise da Retenção de Pessoal e da Qualidade do Serviço: Que o Executivo Municipal apresente uma análise administrativa demonstrando como a medida de valorização remuneratória pleiteada (pagamento em dobro em feriados) impactará positivamente nos indicadores de gestão de pessoal da UPA.
4. Proposta de Critérios de Aferição: Que sejam definidos e propostos, no Projeto de Lei a ser enviado, os critérios objetivos e transparentes para a correta aferição e comprovação dos plantões e das horas efetivamente laboradas em dias considerados feriados.
5. Encaminhamento do Projeto de Lei: Por fim, que, após a conclusão favorável dos estudos de viabilidade, o Prefeito Municipal encaminhe a esta Câmara o Projeto de Lei específico com a urgência que a essencialidade do tema de saúde requer, visando a pronta alteração da Lei Municipal nº 4.035/2021 e a consequente instituição da remuneração em dobro dos plantões em feriados para os servidores da UPA regidos pelo 12x36, com a devida inclusão de uma *vacatio legis* compatível com o planejamento fiscal municipal.

Por fim, reitero a premente necessidade de resposta ao presente requerimento dentro do prazo legal estabelecido pelo Artigo 11, *caput* e parágrafo único, da Lei Orgânica do Município de Campo Belo, qual seja de 15 (quinze) dias úteis, prorrogáveis por no máximo mais 15 (quinze), se a complexidade exigir, sob pena das sanções legais cabíveis em caso de descumprimento, conforme a legislação vigente e as prerrogativas do Poder Legislativo.

Conto com a aprovação em Plenário, bem como com a imediata remessa deste expediente à autoridade competente para os devidos esclarecimentos e providências.

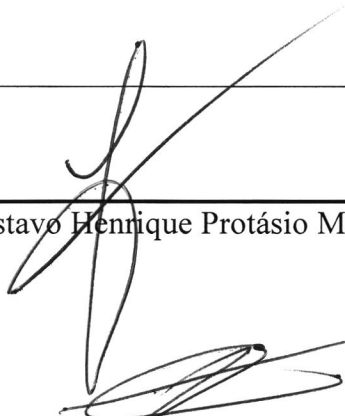
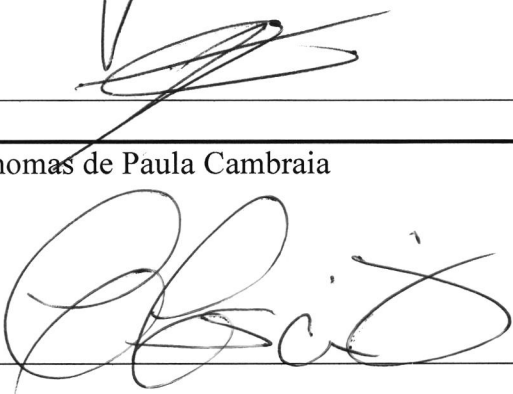
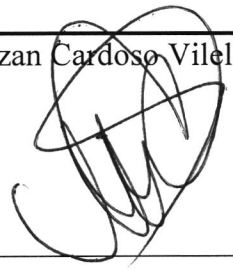
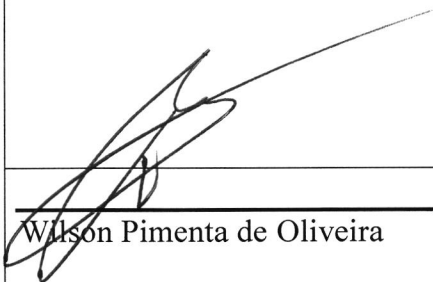
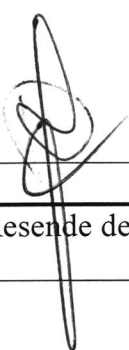
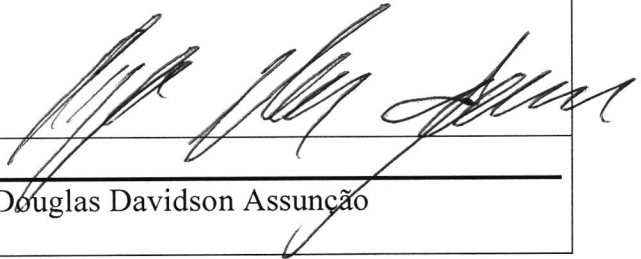
Sala das Sessões, 07 de novembro de 2025.

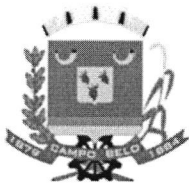


Câmara Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Vereadores,

 Gustavo Henrique Protásio Martins	 Bruna Lorrane Silva Cardoso
 Thomas de Paula Cambraia	 Thales Patricinio Camilo
 Luís Liberio dos Santos	 Maruzan Cardoso Vilela
 Wilson Pimenta de Oliveira	 Ana Carla Cardoso da Silva Maia
 Luciano Ázara Resende de Alvarenga	 Douglas Davidson Assunção



JUSTIFICATIVA

A presente solicitação ao Poder Executivo Municipal encontra sua razão de ser na indispensável necessidade de harmonizar a legislação local que rege a jornada especial dos servidores públicos da área de saúde com os princípios constitucionais da valorização do trabalho e da eficiência administrativa, buscando uma compensação equitativa para o sacrifício imposto aos profissionais que labutam em regime ininterrupto de plantão.

A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Campo Belo é um equipamento urbano vital para a concretização do direito fundamental à saúde, conforme previsto no Artigo 196 da Constituição Federal, exigindo, portanto, um regime de trabalho permanente e sem interrupções, que inclui o labor em dias de feriado, período em que a maior parte da sociedade goza de repouso e convívio familiar.

O *mínus* público e a natureza essencial dos serviços de urgência e emergência justificam a adoção de escalas diferenciadas, como a jornada 12 x 36 horas, que consiste na prestação de serviço por doze horas contínuas, seguida de trinta e seis horas ininterruptas de descanso, conforme detalhado no § 1º do Artigo 1º da Lei Municipal nº 4.035, de 2021.

Contudo, o Artigo 2º da mesma Lei impôs uma restrição que merece profunda revisão e reflexão por parte da Administração Pública, ao vedar expressamente qualquer remuneração adicional pelo trabalho realizado aos fins de semana, dias de ponto facultativo ou feriados, considerando a remuneração mensal pactuada como já abrangendo o descanso semanal remunerado e o descanso em feriados.

Esta vedação, embora legalmente prevista na esfera municipal, pode gerar um ambiente de descontentamento e desvalorização profissional, com reflexos diretos e perniciosos na qualidade da assistência à saúde prestada à população.

É imperativo que a remuneração dos servidores públicos observe não apenas o princípio da legalidade, mas também os valores sociais do trabalho e a melhoria da condição social do trabalhador, tal como previsto no Artigo 7º da Constituição Federal, aplicável aos servidores por força do Artigo 39, § 3º, da Carta Magna.



Câmara Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

A Constituição Federal, em seu Artigo 7º, inciso XVI, estabelece que a remuneração do serviço extraordinário deve ser superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.

Embora o trabalho em dias de descanso e feriados não seja, em rigor técnico, um serviço extraordinário no regime 12x36, ele configura inegavelmente um sacrifício pessoal e social maior que o trabalho em dias comuns, justificando-se a remuneração diferenciada.

O entendimento consolidado em diversas esferas da Justiça do Trabalho, e adotado por analogia em vários regimes estatutários, é o de que o trabalho realizado em feriados, se não compensado por outro dia de folga específica, deve ser remunerado em dobro, como forma de compensar o ônus do empregado que perde o descanso em data de especial importância civil ou religiosa.

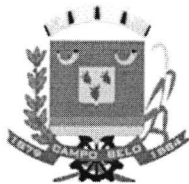
No caso do município de Campo Belo, a Lei nº 4.035/2021 presume a compensação por meio das 36 horas de descanso, mas ignora a natureza especialíssima do feriado, que desnatura o descanso concedido em dia útil subsequente.

O pleito dos servidores, portanto, busca apenas alinhar sua situação remuneratória à prática de justiça social e reconhecimento profissional amplamente adotadas, inclusive para mitigar a ineficácia da compensação em um setor de trabalho ininterrupto altamente demandante.

A iniciativa para sanar esta disparidade e promover a necessária valorização dos servidores da UPA é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme claramente delineado pelo Artigo 77 A, § 1º, inciso II, alíneas "b" e "c", da Lei Orgânica do Município de Campo Belo, que atribui ao Prefeito a iniciativa privativa para leis que versem sobre a fixação ou aumento de remuneração de servidores e seu regime jurídico.

Reconhecendo essa prerrogativa, este Poder Legislativo, no exercício de sua função fiscalizadora e propositiva, requer que o Executivo Municipal atue proativamente.

A alteração da Lei nº 4.035/2021 exige um profundo e rigoroso estudo de impacto financeiro, em observância à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), garantindo que qualquer



Câmara Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

aumento de despesa seja compatível com a previsão orçamentária e a capacidade financeira do Município, sustentando-se pelo interesse público na qualidade do serviço de saúde e na segurança jurídica do regime de trabalho dos servidores.

Uma política salarial justa e competitiva é uma estratégia gerencial fundamental para a retenção de talentos e para a redução do alto custo social e financeiro causado pela rotatividade de pessoal especializado no setor de urgência e emergência.

Ademais, a atuação fiscalizadora desta Câmara Municipal encontra sustentação no Artigo 31 da Constituição Federal e no Artigo 68, incisos I e II, da Lei Orgânica Municipal, que preveem a requisição de informações ao Prefeito e a necessidade de fiscalização constante da execução das políticas públicas, sobretudo aquelas que impactam diretamente a saúde e o bem-estar dos munícipes.

O pagamento em dobro para feriados trabalhados, se instituído, serviria como um poderoso instrumento de gestão para assegurar que as escalas na UPA estejam sempre completas com profissionais motivados, o que reforça o compromisso do Município com a qualidade do serviço de saúde e atende ao interesse público.

Desta forma, o estudo e o eventual Projeto de Lei solicitado representam não apenas o atendimento a um pleito legítimo dos servidores, mas também o aprimoramento da gestão pública municipal em um setor de extrema relevância social.